



CARTA DAS MULHERES PELA CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Nós, mulheres diversas que habitamos, cultivamos, preservamos e resistimos no Cerrado, nos unimos em um processo formativo que fortaleceu nossas trajetórias e vozes, para reafirmar nossa luta pela conservação deste bioma e pela defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Por meio desta carta, tornamos pública nossa posição diante das ameaças que incidem sobre o Cerrado e sobre nossas vidas, denunciando a negligência histórica que sofre o bioma e apresentamos caminhos para garantir justiça socioambiental, equidade de gênero e a proteção de um dos ecossistemas mais ricos e estratégicos do planeta.

Somos raizeiras; artesãs; mulheres quilombolas do quilombolo Kalunga do Vão do Moleque; mulheres indígenas Guarani - Kaiowá, Terena, Guajajara, Kinikinau, Gavião; mulheres do Axé de Povo tradicional Iorubá Nação de Keto, situado em Santo Antônio do Leverger (MT); lideranças comunitárias; agricultoras familiares; brigadistas; coletoras de semente; extrativistas da sustentabilidade; pesquisadoras; funcionárias públicas em órgãos de gestão ambiental; ativistas ambientais que em diversos territórios compõem o Cerrado Brasileiro, organizam, gestam, coordenam iniciativas para conservar o bioma Cerrado, um dos mais devastados pelos interesses do agronegócio, da especulação imobiliária, da mineração e outras ações predatórias.

O bioma Cerrado tem seu predomínio de localização em terras privadas e a legislação ambiental brasileira deveria atuar como um instrumento decisivo na proteção desse ecossistema natural (Bonanomi et al. 2019). Contudo, na contramão das orientações para enfrentamento da crise ambiental, a Lei 12.651/2012 conhecida como a Lei do Novo Código Florestal, permite o desmatamento de 65 a 80% de vegetação nativa nas propriedades privadas do Cerrado.

O Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo, que conecta os demais biomas brasileiros, sendo uma área geográfica de conservação com prioridade global, é um ecossistema que sofre intensa pressão e ameaças devido a atividades humanas. Além de sua biodiversidade, concentra oito das 12 principais bacias hidrográficas brasileiras, abastecendo importantes rios e aquíferos.

O Cerrado é um importante sumidouro de carbono, sendo que esses estoques se concentram principalmente em seus solos e raízes. As áreas úmidas, além de serem essenciais para a manutenção do balanço hídrico nacional, são as áreas que mais armazenam carbono (Embrapa, 2006), reforçando a importância da conservação do Bioma para a mitigação das mudanças climáticas mundiais (revista ciência florestal, 2018).

Segundo análises do ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza, o “Cerrado abriga em torno de 216 terras indígenas (TIs) e 83 diferentes etnias, distribuídas principalmente nos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No entanto, a grande maioria das TIs não passou por um processo de regularização fundiária. Existem atualmente 44 territórios quilombolas no Cerrado. Essas comunidades seguem lutando pelo reconhecimento de seus territórios e pela manutenção de sua cultura, tradições e modos de viver”.

Afirmamos a urgência na implementação da Lei do Patrimônio Genético, que dispõe sobre o Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios (Lei n. 13.123/2015), reconhecendo o conhecimento e as práticas e inovações dos povos indígenas e comunidades locais como importantes para a conservação da biodiversidade do Cerrado.

O Cerrado enfrenta uma crise profunda marcada pelo avanço acelerado do agronegócio e pela negligência política e institucional. Apesar de sua importância estratégica para a biodiversidade e para o abastecimento hídrico do país, o bioma segue invisibilizado em comparação à Amazônia,



recebendo menos recursos, atenção e políticas de conservação. O Cerrado contém 60% da produção de commodities agrícolas anual brasileira e é o bioma com maior concentração de pivôs centrais, que são os sistemas de irrigação de grandes culturas, usando água subterrânea, caracterizando uma privatização em larga escala dos recursos naturais.

Desta forma, o bioma tem sido continuamente degradado, perdendo cerca de 8.000 km² por ano. Pelo segundo ano consecutivo, o Cerrado foi o bioma mais desmatado do Brasil, correspondendo a 52% (652.197 ha) de toda a área desmatada do país. A região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) segue sendo a região com maiores taxas de desmatamento, concentrando 75% da perda de vegetação do bioma. Além disso, 81% do desmatamento no Cerrado em 2023, ocorreu em cinco dessas bacias hidrográficas (IPAM, 2024), o que tem causado uma queda na vazão dos rios do Cerrado em 27%, comprometendo o abastecimento hídrico em todo o país.

Essa destruição do bioma gera impactos diretos sobre a vida de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares, principais defensores da biodiversidade, que sofrem com a perda de territórios e a pressão econômica para deixar suas terras. Destacamos que o Cerrado possui importância alimentar, turística, cultural, ecológica, econômica e medicinal, com espécies endêmicas de fauna e flora raríssimas, que são manejadas de maneira sustentável pelos povos e comunidades tradicionais do cerrado.

Além disso, suas práticas tradicionais e saberes locais são apropriados e explorados, sem a devida repartição de benefícios, prevista em lei; e desconsiderados como base para uma economia sustentável e justa, revelando também o racismo estrutural e ambiental somados à crise climática que resultam em insegurança hídrica, alimentar e adoecimento dos nossos corpos e nossos territórios.

Esses desafios se aprofundam no campo político e social. Projetos de lei em tramitação nos Legislativos, estaduais e federal, fragilizam ainda mais as leis ambientais, enquanto arranjos eleitorais favorecem a representação de interesses econômicos do grande capital financeiro, em detrimento das comunidades que vivem e preservam o Cerrado. Nesse cenário, mulheres, sobretudo negras e indígenas, enfrentam múltiplas barreiras: são sobrecarregadas pelas responsabilidades econômicas e domésticas, sofrem ameaças e violência na defesa de seus territórios e têm pouca inserção em espaços deliberativos e de decisão.

A degradação ambiental agrava as desigualdades de gênero, afetando a condição de vida das mulheres, que são responsabilizadas pelos cuidados básicos de existência. Portanto, a luta pela conservação do Cerrado exige não apenas políticas de preservação, mas também de fortalecimento das vozes femininas e da participação das comunidades, que têm desenvolvido estratégias de resistência, comunicação e incidência política para disputar narrativas e defender o direito de existir neste bioma.

É importante destacar que as políticas para a conservação se realizam em conjunto com as comunidades, e para isso são necessárias leis que incentivem e promovam políticas públicas, incluindo a educação, a implementação de programas que assegurem às iniciativas territoriais segurança, legalidade e fomento para iniciativas desenvolvidas por mulheres em seus territórios.

E neste sentido, reforçamos a urgência para aprovação da PEC 504/2010 que institui cerrado e caatinga como patrimônios nacionais, dado seu sentido estratégico para a integridade total do Bioma.

E destacamos ainda a importância da aprovação de projetos de lei que regulamentem e assegurem dignidade para a ação das e dos brigadistas; que fomentem as iniciativas da agricultura familiar, e



que fortaleçam os espaços de controle e participação social, evitando o desvio de recurso e a manutenção de esquemas de corrupção.

Levantamos também nossas vozes contra a lei de flexibilização do licenciamento ambiental, e denunciaremos iniciativas parlamentares estaduais que articulam manobras legislativas, propondo a descaracterização das áreas de transição com a floresta amazônica, para conceituá-las como Cerrado, a fim de propiciar a exploração para os monocultivos da soja e pasto.

Os desafios das mudanças climáticas, do racismo estrutural, da sobrecarga do trabalho das mulheres e das dificuldades de sobrevivência — somados ao seu não reconhecimento, à falta de apoio, às desigualdades, à resistência em incorporar a dimensão de gênero na gestão de projetos e políticas e à negligência institucional, tanto no âmbito interno das organizações e associações quanto nas estruturas do Estado brasileiro — configuram elementos de extrema urgência a serem visibilizados e enfrentados.

Esse enfrentamento exige um esforço de governança multilateral, que inclua as mulheres e garanta uma vida digna e justa no presente e para as futuras gerações.

A coletiva de mulheres, que escreveu participativamente esta carta, é resultante de um processo formativo do projeto “Equidade de gênero e justiça socioambiental para a conservação do Cerrado, Brasil: formação de mulheres líderes”, implementado pela organização ECOA – Ecologia e Ação e apoiado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF).

O Programa Mulheres Líderes visa a "Melhoria da conservação em hotspots de biodiversidade por meio do avanço da igualdade de gênero", que são: os Andes Tropicais, Cerrado e Indo-Birmânia — ecossistemas biologicamente ricos, essenciais para a humanidade, mas altamente ameaçados.

O objetivo é fortalecer a presença de mulheres para a conservação, ampliando vozes e ações em defesa do Cerrado, integrando aspectos de gênero, raça, diversidade sexual a questões socioambientais e práticas de liderança em um contexto de diversidade cultural e ambiental.

As principais demandas levantadas pela comitiva, são:

- . Fortalecimento da conservação e preservação do cerrado;
- . Fortalecimento da liderança feminina;
- . Justiça socioambiental e equidade de gênero;
- . Garantir o fomento para iniciativas para criação e fortalecimento de redes e coletivos;
- . Formação técnica para comunicação, gestão e fortalecimento cultural e valorização dos saberes tradicionais;
- . Criação do Fundo Cerrado;
- . Fortalecimento das organizações da sociedade civil, organizações e coletivos de mulheres, observando raça, etnia e diversidade sexual.
- . Apoio para iniciativas de recuperação de nascentes e áreas degradadas;
- . Iniciativas de fomento governamental que propiciem as mulheres indígenas, negras e quilombolas acesso desburocratizado aos recursos para execução de projetos através de editais relacionados a agenda de participação política das mulheres e conservação ambiental.



Observação: O presente documento foi elaborado no âmbito do Programa Mulheres Líderes pela Conservação do Cerrado e destinou-se, igualmente, à apresentação no **Congresso Nacional, perante a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**, no espaço da **Tribuna das Mulheres pela Conservação do Cerrado**, ocorrido no dia 10 de setembro de 2025, como manifestação coletiva que visa dar visibilidade às demandas, contribuições e proposições das mulheres em defesa do bioma e dos povos e comunidades que nele vivem.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. *Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. 2. ed. Brasília, DF: MMA, 2022. 168 p.

BONANOMI, Juliana; TORTATO, Fernando R.; GOMES, Raphael de Souza R.; PENHA, Jerry M.; BUENO, Anderson Saldanha; PERES, Carlos A. Protecting forests at the expense of native grasslands: Land-use policy encourages open-habitat loss in the Brazilian cerrado biome. *Perspectives in Ecology and Conservation*, v. 17, n. 1, p. 26-31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2018.12.002>.

CAMPANHA Cerrado Coração das Águas. Disponível em: <https://cerrado.org.br/cerrado-coracao-das-aguas/>. Acesso em: 09 set. 2025.

ISPNI – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. *Povos indígenas e comunidades tradicionais do Cerrado*. Disponível em: <https://ispni.org.br/biomas/cerrado/povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-do-cerrado/>. Acesso em: 09 set. 2025.

MAPBIOMAS. *Projeto MapBiomas Brasil*. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 09 set. 2025.

MAPBIOMAS. *RAF 2024: Relatório Anual do Fogo – Resultados da Coleção 4 (1985 a 2024)*. São Paulo: MapBiomas, 2025. 72 p. DOI: <https://doi.org/10.58053/MapBiomas/JKWSW7>.